

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO RODRIGO MELO DO NASCIMENTO****VOTO GC-7****PROCESSO: TCE-RJ N° 101.262-6/20****ORIGEM: INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP),  
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR (SEPM),  
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL (SECC) E  
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO (SEGOV)****ASSUNTO: RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL****AUDITORIA GOVERNAMENTAL ORDINÁRIA  
NA MODALIDADE OPERACIONAL. ANÁLISE  
DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, ECONOMIA E  
EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE SEGURANÇA  
PÚBLICA IMPLEMENTADAS PELA OPERAÇÃO  
SEGURANÇA PRESENTE. COMUNICAÇÃO  
COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.**

Trata-se de Auditoria Governamental Ordinária, na modalidade Auditoria Operacional, realizada no Instituto de Segurança Pública (ISP), Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), na Secretaria de Estado de Casa Civil (SECC) e na Secretaria de Estado de Governo (Segov), no período entre 16/03/2020 e 23/12/2020, tendo como escopo avaliar a eficiência, a eficácia, a economia e a efetividade das ações de segurança pública implementadas pelo Poder Executivo com vistas à preservação do legado intangível da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado, à continuidade das ações levadas a efeito pelo Gabinete de Intervenção Federal e ao cumprimento das metas estabelecidas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro (IEC), abrangendo o período de 01/01/2018 a 31/10/2020.

A presente Auditoria é decorrente da Determinação nº 49, constante da Decisão Plenária proferida, em Sessão Especial de 01/06/2020, sobre as Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro de 2019, no bojo do Processo TCE-RJ nº 101.730-3/20, com o seguinte teor:

**VOTO:**

[...]

**DETERMINAÇÃO Nº 4910126226262020****À Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE)**

*No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, promover a realização de Auditoria Governamental Operacional nos Órgãos da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de avaliar a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações implementadas pelo Poder Executivo, com vistas à preservação do legado intangível e à continuidade das ações levadas a efeito pelo Gabinete de Intervenção Federal, considerando, entre outros aspectos, o não alcance, no 2º semestre de 2019, das metas estabelecidas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro (IEC).*

Foram definidas as seguintes Questões de Auditoria na Matriz de Planejamento elaborada pelo Corpo Técnico, de modo a nortear os trabalhos a serem desenvolvidos em todas as unidades a serem auditadas, quais sejam:

**Questão 1:** *A expansão do volume de recursos estaduais gastos com as bases da Operação Segurança Presente, comparando o 1º bimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, resultou em redução dos registros de delitos componentes do IEC roubos de rua em todas as áreas geográficas das Cisp com atuação das bases? (Avaliação de eficácia)*

**Questão 2:** *A expansão do volume de recursos estaduais gastos com as bases da Operação Segurança Presente, comparando os 1ºs bimestres de 2020 e de 2019, resultou em redução dos registros de ocorrência dos demais delitos, de monitoramento autodeclarado pelos gestores, em todas as áreas geográficas das Cisp com atuação das bases? (Avaliação de eficácia)*

**Questão 3:** *A distribuição de recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM, privilegia ÁREAS GEOGRÁFICAS DE BASES DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE, COM PIORES RESULTADOS em redução dos registros de delitos componentes do IEC roubos de rua? (Avaliação de eficiência)*

**Questão 4:** *A distribuição de recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM, privilegia ÁREAS GEOGRÁFICAS DO ESTADO, COM PIORES RESULTADOS em redução dos registros de ocorrência dos demais delitos, de monitoramento autodeclarado pelos gestores da Operação Segurança Presente? (Avaliação de eficiência)*

**Questão 5:** *A redução de circulação de pessoas e da atividade econômica causadas pela pandemia do Covid-19 MOTIVOU AÇÕES ESPECÍFICAS das Secretarias de Estado de Governo e de Polícia Militar visando à redução das despesas decorrentes do emprego de efetivo policial militar nas ações da Operação Segurança Presente no 2º trimestre de 2020, em relação às realizadas no 1º trimestre? (Avaliação de economia)*

**Questão 6:** *Há ou houve medição da efetividade da Operação Segurança Presente, relacionada à sensação de segurança do público-alvo? (Avaliação de efetividade)*

**Questão 7:** *São divulgados de forma ativa na internet os resultados referentes a custos mensais por base implantada da Operação Segurança Presente, e a metas e resultados de redução do número de registros de delitos nas áreas geográficas das Cisp com atuação das bases? (Avaliação de transparência ativa)*

As fiscalizações foram executadas seguindo a metodologia concebida na etapa de planejamento, que materializa adaptação livre da equipe de auditoria à metodologia de avaliação de governança de políticas públicas originária do U.S. Government Accountability Office (GAO)<sup>1</sup>.

Tal procedimento resultou na identificação de 11(onze) lacunas<sup>2</sup>, 1 (uma) fragmentação<sup>3</sup> e 2 (duas) duplicidades<sup>4</sup>, em diversos pontos de análise da governança, dentre os quais: coordenação, planejamento e objetivos gerais da política pública.

Concluídas as verificações pela Equipe de Auditoria, foi constatada a ocorrência dos seguintes Achados:

**ACHADO 1:** *A expansão, superior a 300%, dos recursos estaduais gastos com as bases da Operação Segurança Presente, comparando o 1º bimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, NÃO RESULTOU EM REDUÇÃO dos registros de delitos componentes do IEC roubos de rua, comparados os mesmos períodos, em 40% das áreas geográficas das Cisp com atuação das bases.*

<sup>1</sup> TCU – RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO (RL): 04326120183, Relator: VITAL DO RÊGO, Data de Julgamento: 03/07/19, Plenário

<sup>2</sup> **Lacuna** qualquer circunstância verificada em que não há normatização, documentação ou previsão de fato relevante inerente ao programa ou política pública.

<sup>3</sup> O conceito geral de **fragmentação**, segundo o U.S. Government Accountability Office (GAO), refere-se às circunstâncias em que mais de uma agência governamental está envolvida na mesma área de atuação e existe a oportunidade de racionalizar a ação governamental

<sup>4</sup> A **duplicidade** ocorre quando duas ou mais agências ou programas estão engajados nas mesmas atividades ou provêm os mesmos serviços para os mesmos beneficiários, necessidades e oportunidades para melhorar a prestação de serviços para os mesmos beneficiários.

**ACHADO 2:** A expansão, acima de 300%, dos recursos estaduais gastos com as bases da Operação Segurança Presente, comparando os 1<sup>os</sup> bimestres de 2020 e de 2019, NÃO RESULTOU EM REDUÇÃO dos registros de ocorrência dos demais delitos de monitoramento autodeclarado pelos gestores, nos seguintes percentuais: roubo a estabelecimentos comerciais, 60%, roubo de veículos, 24%, furto de veículos, 53%, furto de celular, 63%, furto a transeuntes, 42% de não redução nas áreas geográficas das Cisp com atuação das bases.

**ACHADO 3:** A distribuição de recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM, NÃO PRIVILEGIA ÁREAS GEOGRÁFICAS DE BASES DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE, COM PIORES RESULTADOS em redução dos registros de delitos componentes do IEC roubos de rua.

**ACHADO 4:** A distribuição de recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM, NÃO PRIVILEGIA ÁREAS GEOGRÁFICAS, DO ESTADO, COM PIORES RESULTADOS em redução dos registros de ocorrência dos demais delitos de monitoramento autodeclarado pelos gestores da Operação Segurança Presente.

**ACHADO 5:** A redução de circulação de pessoas e da atividade econômica causadas pela pandemia do Covid-19 NÃO MOTIVOU AÇÕES ESPECÍFICAS das Secretarias de Estado de Governo e de Polícia Militar visando à redução das despesas decorrentes do emprego de efetivo policial militar nas ações da Operação Segurança Presente no 2º trimestre de 2020, em relação às realizadas no 1º trimestre.

**ACHADO 6:** NUNCA HOUVE MEDIÇÃO DA EFETIVIDADE da Operação Segurança Presente, relacionada à sensação de segurança do público-alvo.

**ACHADO 7:** NÃO SÃO divulgados de forma ativa na internet os dados referentes: a custos mensais por base implantada da Operação Segurança Presente; e a metas e resultados de redução do número de registros de delitos nas áreas geográficas das bases.

Diante de tais circunstâncias, a 1ª Coordenadoria de Auditoria Estadual (1ª CAE) formula as seguintes propostas de encaminhamento, constantes da peça eletrônica “30/12/2020 – Informação 1ª CAE”:

**5.1. Proposta: COMUNICAÇÃO COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À SEGOV**

Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96

Responsável: Titular da Secretaria de Estado de Governo

5.1.1. Para cumprimento das seguintes DETERMINAÇÕES, alertando-o(a) que o efetivo cumprimento será atestado em auditoria de monitoramento:

5.1.1.1. Elaborar, de forma integrada com a SEPM e fundamentada, e, ainda, com base nos critérios e evidências que configuram os achados de auditoria referenciados no presente relatório como Achado 1 e Achado 2, termo aditivo ao Termo de Cooperação E-09/082/36/2017, conformando:

(a) o teor do item 3 do Plano de Trabalho às metas autodeclaradas no documento constante do Processo SEI nº 150001/004687/2020 - Anexo SEI nº 9208931 fls.02/03; e

(b) o teor da Cláusula Oitava do Termo de Cooperação, para estabelecer prazos máximos:

- de 30 (trinta) dias após a publicação do termo aditivo, para nomeação e entrada em exercício dos membros da Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública ou Comissão que a substitua (Lacuna identificada na Operação Segurança Presente – Lacuna nº 11 – Anexo\_LFSD (arquivo “AN0024\_Anexo\_LFSD.pdf”, fl.09); e

- de 60 (sessenta) dias após a entrada em exercício dos membros da referida Comissão, para apresentação de relatório detalhado de monitoramento da eficácia das bases da OSP, por meio do cumprimento de metas (confronto meta esperada x resultado alcançado em cada indicador).

Deve ser estabelecida, ainda, periodicidade bimestral para apresentação de tais relatórios detalhados (Achados 1 e 2);

5.1.1.2. Implementar, de forma integrada com a SEPM e nos sistemas atualmente existentes, módulo gerador de relatório que informe, no mínimo, os custos mensais detalhados da Operação Segurança Presente, desmembráveis por área geográfica atendida (Achados 3, 4 e 5);

5.1.1.3. Implementar, de forma integrada com a SEPM, procedimento de controle gerencial de acompanhamento mensal da eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações em cada área geográfica atendida pela Operação Segurança Presente. (Achados 3 e 4);

5.1.1.4. Elaborar, com base, no mínimo, nas evidências que configuram o achado de auditoria referenciado no presente relatório como Achado 4, de forma integrada com a SEPM e o ISP, e fundamentada em diagnóstico técnico de histórico de registros de delitos, estudo de revisão das áreas geográficas do Estado do Rio de Janeiro a serem atendidas prioritariamente pela Operação Segurança Presente, quando o financiamento for de recursos estaduais.

O estudo deve considerar, inclusive, a possibilidade de redefinição das áreas ou desativação de bases já implantadas, com o

*consequente redirecionamento dos investimentos para outras áreas geográficas do Estado com maior necessidade de investimento, considerados os históricos comparados de registros de delitos. Por fim, os resultados de tal estudo devem ser publicados na página eletrônica oficial da Secretaria (Achado 4);*

*5.1.1.5 Elaborar, de forma integrada com a SEPM e o ISP, estudos de precificação de pesquisas de vitimização do público-alvo da Operação Segurança Presente, nas áreas geográficas de todas as bases implementadas, considerando a possibilidade de realização de convênios com Fundações vinculadas às Universidades Estaduais (Uerj, Uezo, por exemplo); e*

*Encaminhar o resultado de tais estudos à Secretaria de Estado competente ou, sendo o caso, ao próprio Titular do Poder Executivo, solicitando liberação de recursos orçamentários para a realização das pesquisas, considerando a possibilidade de utilizar recursos transferidos fundo-a-fundo pela União para tanto (Achado 6);*

*5.1.1.6. Divulgar, no máximo semestralmente, as metas, indicadores, custos, resultados e avaliações de todas as bases da Operação Segurança Presente, na página eletrônica oficial da Secretaria (Achado 7).*

*5.1.2. Para que atente quanto às seguintes RECOMENDAÇÕES, alertando-o(a) que a aderência será atestada em auditoria de monitoramento:*

*5.1.2.1. Desenvolver, de forma integrada com a SEPM e o ISP, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações no âmbito da Operação Segurança Presente; e*

*Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com o cumprimento dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-202 (Achados 3 e 4);*

*5.1.2.2. Promover o aditamento do Acordo de Cooperação Técnica, firmado com o ISP em 10.06.19, para tornar periódica a publicação de estudos de correlação entre os níveis de mobilidade social e os crimes que as ações da Operação Segurança Presente se proponham a combater, nas áreas geográficas com bases implantadas.*

*Deve haver, ainda, previsão expressa de disponibilização dos resultados à SEPM em periodicidade mensal, caso ocorra qualquer evento que reduza o nível de mobilidade social em qualquer área geográfica com base implantada, visando a possibilitar tomada de decisão oportuna referente a redirecionamento de recursos estaduais para outras ações de segurança pública (Achado 5);*

5.1.2.3. Desenvolver, de forma integrada com a SEPM e o ISP, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de efetividade, semanticamente equivalente ao Indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pelo Brasil) – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive; e

Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com a eficácia dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (Achado 6).

## **5.2. Proposta: COMUNICAÇÃO COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À SEPM**

Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96

Responsável: Titular da Secretaria de Estado de Polícia Militar

5.2.1. Para cumprimento das seguintes DETERMINAÇÕES, alertando-o(a) que o efetivo cumprimento será atestado em auditoria de monitoramento:

5.2.1.1. Elaborar, de forma integrada com a Segov e fundamentada, e, ainda, com base nos critérios e evidências que configuram os achados de auditoria referenciados no presente relatório como Achado 1 e Achado 2, termo aditivo ao Termo de Cooperação E-09/082/36/2017, conformando:

(a) o teor do item 3 do Plano de Trabalho às metas autodeclaradas no documento constante do Processo SEI nº 150001/004687/2020 - Anexo SEI nº 9208931 fls.02/03; e

(b) o teor da Cláusula Oitava do Termo de Cooperação, para estabelecer prazos máximos:

- de 30 (trinta) dias após a publicação do termo aditivo, para nomeação e entrada em exercício dos membros da Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública ou Comissão que a substitua (Lacuna identificada na Operação Segurança Presente – Lacuna nº 11 – Anexo\_LFSD (arquivo “AN0024\_Anexo\_LFSD.pdf”, fl.09); e

- de 60 (sessenta) dias após a entrada em exercício dos membros da referida Comissão, para apresentação de relatório detalhado de monitoramento da eficácia das bases da OSP, por meio do cumprimento de metas (confronto meta esperada x resultado alcançado em cada indicador).

Deve ser estabelecida, ainda, periodicidade bimestral para apresentação de tais relatórios detalhados (Achados 1 e 2);

5.2.1.2. Implementar, de forma integrada com a Segov e nos sistemas atualmente existentes, módulo gerador de relatório que informe, no mínimo, os custos mensais detalhados da Operação Segurança Presente, desmembráveis por área geográfica atendida (Achados 3, 4 e 5);

5.2.1.3. Implementar, de forma integrada com a Segov, procedimento de controle gerencial de acompanhamento mensal da eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações em cada área geográfica atendida pela Operação Segurança Presente. (Achados 3 e 4);

5.2.1.4. Elaborar, com base, no mínimo, nas evidências que configuram o achado de auditoria referenciado no presente relatório como Achado 4, de forma integrada com a Segov e o ISP e fundamentada em diagnóstico técnico de histórico de registros de delitos, estudo de revisão das áreas geográficas do Estado do Rio de Janeiro a serem atendidas prioritariamente pela Operação Segurança Presente, quando o financiamento for de recursos estaduais.

O estudo deve considerar, inclusive, a possibilidade de redefinição das áreas ou desativação de bases já implantadas, com o consequente redirecionamento dos investimentos para outras áreas geográficas do Estado com maior necessidade de investimento, considerados os históricos comparados de registros de delitos. Por fim, os resultados de tal estudo devem ser publicados na página eletrônica oficial da Secretaria (Achado 4);

5.2.1.5. Elaborar, de forma integrada com a Segov e o ISP, estudos de precificação de pesquisas de vitimização do público-alvo da Operação Segurança Presente, nas áreas geográficas de todas as bases implementadas, considerando a possibilidade de realização de convênios com Fundações vinculadas às Universidades Estaduais (Uerj, Ueuzo, por exemplo); e

Encaminhar o resultado de tais estudos à Secretaria de Estado competente ou, sendo o caso, ao próprio Titular do Poder Executivo, solicitando liberação de recursos orçamentários para a realização das pesquisas, considerando a possibilidade de utilizar recursos transferidos fundo-a-fundo pela União para tanto (Achado 6);

5.2.1.6. Divulgar, no máximo semestralmente, as metas, indicadores, custos, resultados e avaliações de todas as bases da Operação Segurança Presente, na página eletrônica oficial da Secretaria (Achado 7).

5.2.2. Para que atente quanto às seguintes RECOMENDAÇÕES, alertando-o(a) que a aderência será atestada em auditoria de monitoramento:

5.2.2.1. Desenvolver, de forma integrada com a Segov e o ISP, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações no âmbito da Operação Segurança Presente; e



*Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com o cumprimento dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-202 (Achados 3 e 4);*

*5.2.2.2. Desenvolver, de forma integrada com a Segov e o ISP, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de efetividade, semanticamente equivalente ao Indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pelo Brasil) – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive; e*

*Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com a eficácia dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (Achado 6).*

### **5.3. Proposta: COMUNICAÇÃO COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO ISP**

*Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96*

*Responsável: Titular do Instituto de Segurança Pública*

*5.3.1. Para cumprimento das seguintes DETERMINAÇÕES, alertando-o(a) que o efetivo cumprimento será atestado em auditoria de monitoramento, para:*

*5.3.1.1. Elaborar, com base, no mínimo, nas evidências que configuram o achado de auditoria referenciado no presente relatório como Achado 4, de forma integrada com a SEPM e a Segov, e fundamentada em diagnóstico técnico de histórico de registros de delitos, estudo de revisão das áreas geográficas do Estado do Rio de Janeiro a serem atendidas prioritariamente pela Operação Segurança Presente, quando o financiamento for de recursos estaduais.*

*O estudo deve considerar, inclusive, a possibilidade de redefinição das áreas ou desativação de bases já implantadas, com o consequente redirecionamento dos investimentos para outras áreas geográficas do Estado com maior necessidade de investimento, considerados os históricos comparados de registros de delitos. Por fim, os resultados de tal estudo devem ser publicados na página eletrônica oficial da Secretaria (Achado 4);*

*5.3.1.2. Elaborar, de forma integrada com a SEPM e a Segov, estudos de precificação de pesquisas de vitimização do público-alvo da Operação Segurança Presente, nas áreas geográficas de todas as bases implementadas, considerando a possibilidade de realização de convênios com Fundações vinculadas às Universidades Estaduais (Uerj, Uezo, por exemplo); e*

*Encaminhar o resultado de tais estudos à Secretaria de Estado competente ou, sendo o caso, ao próprio Titular do Poder Executivo, solicitando liberação de recursos orçamentários para a realização das pesquisas, considerando a possibilidade de utilizar recursos transferidos fundo-a-fundo pela União para tanto (Achado 6);*

*5.3.1.3. Divulgar, no máximo semestralmente, as metas, indicadores, custos, resultados e avaliações de todas as bases da Operação Segurança Presente, na sua página eletrônica oficial (Achado 7).*

*5.3.2. Para que atente quanto às seguintes RECOMENDAÇÕES, alertando-o(a) que a aderência será atestada em auditoria de monitoramento:*

*5.3.2.1. Desenvolver e publicar estudo sobre os resultados da Operação Segurança Presente, conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Segov e o ISP, em 10.06.19, com previsão no planejamento estratégico do próprio Órgão; e*

*5.3.2.2. Incluir, na proposta de Decreto de reestruturação, Manual e Guias Práticos do SIM, a expressa previsão da participação da Operação Segurança Presente nas Reuniões de Acompanhamento e na construção dos Planos de Ação Integrados, conforme atualizações previstas no planejamento estratégico do próprio Órgão (Achados 1, 2 e 5);*

*5.3.2.3. Desenvolver, de forma integrada com a SEPM e a Segov, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações no âmbito da Operação Segurança Presente; e*

*Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com o cumprimento dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-202 (Achados 3 e 4);*

*5.3.2.4. Promover o aditamento do Acordo de Cooperação Técnica, firmado com a Segov em 10.06.19, para tornar periódica a publicação de estudos de correlação entre os níveis de mobilidade social e os crimes que as ações da Operação Segurança Presente se proponham a combater, nas áreas geográficas com bases implantadas.*

*Deve haver, ainda, previsão expressa de disponibilização dos resultados à Segov e a SEPM em periodicidade mensal, caso ocorra qualquer evento que reduza o nível de mobilidade social em qualquer área geográfica com base implantada, visando a possibilitar tomada de decisão oportuna referente a redirecionamento de recursos estaduais para outras ações de segurança pública (Achado 5);*

*5.3.2.5. Desenvolver, de forma integrada com a SEPM e a Segov, e recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de efetividade, semanticamente equivalente ao*

*Indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pelo Brasil) – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive; e*

*Encaminhar o indicador desenvolvido – com todas as premissas e atributos - à apreciação do Consperj, para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ, objetivando contribuir com a eficácia dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (Achado 6).*

#### **5.4. Proposta: COMUNICAÇÃO COM RECOMENDAÇÃO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

*Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96*

*Responsável: Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro*

*5.4.1. Para que atente quanto à seguinte RECOMENDAÇÃO, alertando-o que a aderência será atestada em auditoria de monitoramento, para:*

*5.4.1.1. Determinar a participação do Coordenador Operacional da Operação Segurança Presente, assim como dos Coordenadores das bases, nas Reuniões de Acompanhamento dos IEC, previstas no Manual do SIM, garantindo o intercâmbio de informação e a integração na adoção de contramedidas, em atendimento aos Planos de Ação Integrados (Achados 1, 2, 3, 4 e 5).*

#### **5.5. Proposta: COMUNICAÇÃO PARA CIÊNCIA À COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS DE POLÍCIA DA ALERJ**

*Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96*

*Responsáveis: Membros Titulares da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj*

*5.5.1. Para CIÊNCIA, aos Membros Titulares da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj, do inteiro teor do relatório de auditoria (Achados 1, 2, 3, 4, 5 e 6).*

#### **5.6. Proposta: COMUNICAÇÃO PARA CIÊNCIA AO CONSPERJ**

*Fundamentação: §1º, do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ nº 204/96*

*Responsáveis: Membros Titulares do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*

*5.6.1. Para CIÊNCIA, aos Membros Titulares do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, do inteiro teor do relatório de auditoria e, em especial, quanto aos efeitos negativos da demora na implementação do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do ERJ (Achados 3, 4 e 6).*

*5.7. CIÊNCIA à Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita, do TCE-RJ do inteiro teor do relatório de auditoria, visando*

*a subsidiar a elaboração da proposta de Relatório Analítico e Parecer  
Prévio à aprovação das Contas sob responsabilidade do Governador  
do ERJ, referentes ao exercício de 2020 (Achados 1, 2, 3, 4, 5 e 6).*

Após a manifestação do Corpo Instrutivo, o presente processo foi objeto de distribuição imediata ao Gabinete do Relator, na forma do disposto no art. 49, § 9º, do Regimento Interno.

### **É o Relatório. Passo ao meu Voto.**

Compulsando os autos, observo que, para cada Achado de Auditoria, o Corpo Instrutivo descreveu a situação encontrada, os critérios que se relacionam aos dispositivos legais que fundamentaram a existência do Achado específico, as evidências que levaram à conclusão de sua materialização, os efeitos de sua ocorrência, a ação proposta para fazer cessar a impropriedade e a falha encontradas, bem como os benefícios oriundos de tais ações.

Diante da análise apresentada, creio não ser necessário me aprofundar em cada um dos Achados consignados no Relatório de Auditoria, uma vez que a própria apresentação destes já válida, com clareza, as impropriedades apuradas. Assim, detenho-me, apenas, às questões que considero mais relevantes e exigem análise mais acurada.

Passando ao exame do Achado de Auditoria nº 1, constato que ele se reporta à não redução do número de registros de componentes do Indicador Estratégico de Criminalidade (IEC), “roubos de rua<sup>5</sup>”, em 40% das áreas geográficas de Circunscrições Integradas de Segurança Pública (Cisp) com atuação de bases da Operação Segurança Presente (OSP), apesar do incremento superior a 300% no montante pago a policiais militares, correspondente a turnos adicionais de serviço prestado à OSP.

A despeito dos comentários ofertados pela gestora do Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre o suprarreferido Achado, reproduzo excerto do Relatório de Auditoria quanto ao legado intangível da Intervenção Federal na Segurança Pública:

---

<sup>5</sup> Registros de “roubos de rua” representam o somatório de registros dos delitos “roubo de celular” e “roubo a transeuntes

*Em atendimento à solicitação efetuada aos gestores para que efetuassem comentários e críticas a uma matriz de achados preliminar produzida pela equipe de auditoria, a Sra. Diretora-Presidente do ISP apresentou o seguinte comentário a respeito dessa causa (arquivo “AN0028\_Comentários dos Gestores.pdf”, fl. 150):*

*No que se refere a não participação dos Coordenadores Operacionais da Operação Segurança Presente nas Reuniões de Acompanhamento dos Indicadores (IEC), esclarecemos também que não há previsão legal para tal feito. Os Coordenadores do Programa Segurança Presente não participam das Reuniões do SIM, tendo em vista que não estão incluídos na lista de autoridades que devem ser convocadas para as reuniões do Nível, previstas no Manual do SIM, anexo à Resolução n.º 932, de 19 de fevereiro de 2016, que regulamenta o Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro (11720685, 11720676).*

*Os comentários encaminhados estão em consonância com a conclusão do presente relatório. Ressalte-se que aos gestores não foram visibilizadas, para comentários, as propostas de encaminhamento a serem sugeridas ao Corpo Deliberativo desta Casa.*

*De fato, por não haver previsibilidade legal, a participação dos Coordenadores da Operação Segurança Presente nas reuniões de nível do SIM será objeto de proposta de Recomendação ao Titular do ISP (este para que proponha), bem como ao Titular do Poder Executivo estadual (este para que determine). Também constará proposta de ciência à Comissão da Alerj afeta à área.*

- Lacuna identificada na Operação Segurança Presente relativa ao não aproveitamento de legado intangível da Intervenção Federal na Segurança Pública do ERJ, referente aos objetivos de aperfeiçoar a gestão estratégica com a introdução de melhores práticas na elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos nos Órgãos de Segurança Pública – Lacuna nº 9 – Anexo LFSD (arquivo “AN0024\_ Anexo\_LFSD.pdf”, fl. 05).*

*A expansão do uso de policiais militares em programas que utilizam o Proeis ou o RAS deve observar o Objetivo Estratégico da Intervenção Federal nº 04, que visa fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e instituiu como legado intangível a necessidade de existência de **normas de gestão estratégica e de elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos**, tendo sido oferecida capacitação à SEPM. (grifos originais)*

*O aproveitamento deste legado intangível influenciando em novas capacitações e na aplicação do conhecimento adquirido no planejamento e no monitoramento dos programas que requerem a utilização dos policiais militares, evitaria a ausência de informações estratégicas para garantir a eficiência da Operação Segurança Presente. Adicionalmente, tal legado intangível coaduna-se com o*

*Objetivo nº 12 do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a seguir transcrito:*

*Objetivo 12: Implementar programa de reaparelhamento, aprimorar a governança e a gestão das políticas, programas e projetos de segurança pública e defesa social, com vistas a elevação da eficiência de atuação dos órgãos operacionais do Susp.*

*A não implementação das diretrizes trazidas no legado intangível e no PNSPDS contribui para as falhas no planejamento, execução e monitoramento da Operação Segurança Presente, o que é refletido na distribuição dos recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM para a Operação.* (grifei)

*Por fim, como forma de dirimir tal fato, garantindo o aproveitamento do legado intangível, será sugerida ainda, Recomendação ao Titular do Poder Executivo estadual para que determine a participação do Coordenador Operacional da Operação Segurança Presente, assim como dos Coordenadores das bases, nas Reuniões de Acompanhamento dos IEC, previstas no Manual do SIM, permitindo a troca de informações, estratégias e tecnologias com os Órgãos de Segurança Pública que sofreram Intervenção Federal.* (grifei)

Quanto ao **Achado de Auditoria nº 3**, que trata da não otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições segundo critérios técnicos amparados em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública, restou evidenciado que são inobservâncias aos princípios e diretrizes insculpidos na Lei Federal nº 13.675/18 (art. 4º, inciso XIII, e art. 5º, incisos IX e XX) ao instituir o Plano Nacional de Segurança Pública e de Defesa Social. Julgo oportuna a reprodução dos seguintes excertos do Relatório de Auditoria:

[...]

*No gráfico a seguir é possível concluir que as novas bases, em que os pagamentos de turnos adicionais dos policiais militares que cumprem serviço para a Operação Segurança Presente são registrados no sistema CPROEIS, apresentaram um aumento mensal progressivo desses custos, enquanto as bases “iniciais” (Aterro, Centro, Lagoa, Méier, com exceção da base Lapa que não apresentou os dados relativos aos custos), analisadas em conjunto, apresentaram um incremento consideravelmente menor, tendendo à estabilidade do nível de financiamento desses custos.*

[...]

*Avaliando os montantes investidos no 1º bimestre de 2020, de forma a permitir a comparabilidade bases antigas x bases novas, evidencia-se que a base Austin (nova) teve um custo quase 26% superior ao da base Lapa (antiga), ainda que no 1º bimestre de 2019 não tenha apresentado NENHUM REGISTRO DE OCORRÊNCIA DOS DELITOS “ROUBO DE CELULAR” E “ROUBO A TRANSEUNTES”, enquanto na base Lapa foram registrados 105 (cento e cinco) delitos, aproximadamente 78% a mais que no 1º bimestre de 2019.*

*Já a base Laranjeiras (nova) apresentou 8 (oito) registros de ocorrência no 1º bimestre de 2020, sendo o custo referente a turnos adicionais de serviço dos policiais militares registrado no sistema CPROEIS equivalente a 46% do mesmo custo na base Aterro (antiga), que registrou 20 (vinte) delitos e aumento do roubo a transeuntes no período.*

*A expansão da Operação Segurança Presente influencia, ainda, no aumento dos custos de horas pagas, registradas no sistema CPROEIS, MAS NÃO ASSOCIADOS DIRETAMENTE ÀS BASES, conforme evidencia o gráfico a seguir:*

*[...]*

*Considerando somente o 1º bimestre do exercício de 2020, esses mesmos gastos superaram o montante total pago em todo o exercício anterior em 45%; e, considerada a comparação entre o 1º bimestre de 2020 e o mesmo período de 2019, o crescimento do financiamento foi de 407%.*

*Assim, resta demonstrado que a expansão da Operação Segurança Presente com a implantação de novas bases acelera consideravelmente o crescimento dos custos administrativos registrados no sistema CPROEIS, mas não associados, pelos gestores, diretamente às bases.*

*Destaca-se, ainda que, os relatórios de monitoramento apresentados (arquivo “AN0007 Resposta Segov TSID”, fls. 245 a 339 e arquivo “AN0008 Resposta SECC TSID”, fls. 93 a 265), não exibem nenhuma verificação relacionada à eficiência, ratificando a ausência de critérios e de identificação de fatores que inibam a otimização dos recursos investidos na Operação Segurança Presente, (grifei)*

*Sendo assim, conclui-se que é necessário aperfeiçoar a Operação Segurança Presente para garantir a distribuição de recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM, privilegiando as áreas geográficas de bases da Operação Segurança Presente, com piores resultados em redução dos registros de delitos componentes do IEC roubos de rua. (grifei)*

*Repise-se que a otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros da Operação Segurança Presente, constitui oportunidade de melhoria que atende a diretriz insculpida no inciso XIII, do art. 4º da Lei Federal nº 13.675/18 - Plano Nacional de Segurança Pública e de Defesa Social.*

*Saliente-se que foi encaminhado TSID aos gestores da Segov, SEPM, ISP e SECC solicitando comentários e críticas a uma matriz de achados preliminar produzida pela equipe de auditoria, contendo descrição do achado, critérios de auditoria utilizados, evidências que suportam os achados e causas identificadas (arquivo “AN0028\_Comentários dos Gestores.pdf”).*

*Frise-se que, no que diz respeito ao achado em tela, a Sra. Diretora-Presidente do ISP apresentou comentários a respeito de causa identificada pela equipe, analisados no subtópico a seguir. Os demais gestores consultados não teceram considerações de mérito quanto a nenhum dos seus descritores ou atributos (evidências, critérios, causas identificadas).*

Restou patente que inexistente avaliação e acompanhamento da eficiência, baseada no custo-eficácia das ações em cada área geográfica atendida pela Operação Segurança Presente, uma vez que não foram estabelecidos mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações implementadas, que é um dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e de Defesa Social previsto no art. 6º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 13.675/18.

A ausência desse monitoramento da eficiência inviabiliza o aperfeiçoamento da distribuição dos recursos estaduais, destinados ao pagamento de adicionais ao efetivo disponibilizado mensalmente pela SEPM para a Operação Segurança Presente, de forma que as bases com piores resultados, na redução de registros de delitos componentes do IEC - “roubo de rua” nas suas áreas geográficas, sejam privilegiadas com recursos.

Contudo, no meu sentir, no caso concreto, a demora na implementação do Plano de Segurança Pública e Defesa Social estadual, previsto no art. 22, §5º, da Lei Federal nº 13.675/18, compromete a medição de desempenho no que tange à eficiência das bases da OSP, e prejudica a tomada de decisão e otimização dos investimentos em benefício de áreas geográficas ou de políticas públicas mais adequadas.

O **Achado de Auditoria nº 6** relaciona-se à falta de mensuração da efetividade da OSP, relacionada à sensação de segurança da população nas áreas em que foram implantadas bases da Operação Segurança Presente.

Tal medição já havia sido objeto da Ação Estratégica nº 4.5.1.1 – Medir a percepção de segurança da população – Meta: 4.5.1 – quantificar a percepção de



segurança da população nas áreas em que foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária. Contudo, conforme apontado na auditoria, ainda não foi estabelecido qualquer indicador de efetividade dessa política pública, relacionado à sensação de segurança da população-alvo, cuja evolução ou involução pudesse orientar as decisões dos gestores para otimizar a alocação de agentes policiais militares nas diversas bases implantadas ou a implantar da OSP, reproduzo excerto do Relatório de Auditoria:

[...]

*Consequentemente, não foi também estabelecido qualquer indicador de efetividade dessa política pública (relacionado à sensação de segurança da população-alvo), cuja evolução ou involução pudesse orientar as decisões dos gestores para otimizar a alocação de agentes policiais militares nas diversas bases implantadas ou a implantar da Operação Segurança Presente.*

[...]

*De fato, ainda que a Intervenção Federal tenha se encerrado sem ter dado publicidade a eventual cumprimento da Ação Estratégica anteriormente sublinhada, a equipe de auditoria entende que se deve considerar que o planejamento estratégico que estruturou o Objetivo e a Ação mencionados representa, por si só, Legado Intangível da mencionada Intervenção, posto que calcado em reconhecidas boas práticas de gerenciamento de projetos.*

*Ademais, parece suficientemente plausível à equipe de auditoria que qualquer indicador de efetividade estabelecido para representar o cumprimento da Meta 4.5.1 da Intervenção Federal guardaria, necessariamente, elevado grau de similitude com o indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pela União) – “Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive”, relacionado à meta 16.1 - “Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares” – que compõe o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, da ONU.*

*Nesse sentido, importa ressaltar que é de todo oportuno que o ERJ, para maximizar as possibilidades de acesso a verbas do FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública, no âmbito do Susp – Sistema Único de Segurança Pública, precisa desenvolver indicadores alinhados com aqueles em desenvolvimento pela União, conforme preconiza o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028, em especial seu item 8.10, com excertos a seguir transcritos:*

*8.10 De outra parte, em cenário de enorme déficit de dados e indicadores, mostra-se essencial para a definição de estratégias,*

programas, metas e ações que se produzam estudos voltados à superação das insuficiências teóricas envolvidas na implementação do PNSP, a compreender a definição:

[...]

8.10.3 *Elaboração de fundamentos teóricos e empíricos para a construção ou identificação de indicadores de segurança pública em contexto de déficit de dados oficiais;*

8.10.4 Construção ou identificação de indicadores e metas de excelência, por setor considerado prioritário para a definição e programas, projetos e ações em segurança pública;

8.10.6 *Identificação dos riscos de não consecução das metas estabelecidas para cada setor considerado prioritário na definição de programas, projetos e ações em segurança pública e defesa social, com base em fundamentos teóricos e empíricos;*

8.10.7 *Identificação de medidas e definição de procedimentos indispensáveis, no nível fiscal, à implementação e acompanhamento de ações financiadas com recursos do FNSP e do FUNPEN (nas fases de aprovação, acompanhamento da execução, avaliação de resultados e prestação de contas); [...]* (destaques acrescentados)

O item 1.6 do referido PNSPDS especifica que o próprio Plano “constitui uma resposta [...] à necessidade de o Estado brasileiro fazer cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (‘ODS’) [...] que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016” (grifo nosso). Há ainda previsão, no mencionado Plano – item 8.14 – de “Monitorar a Agenda 2030, em especial a ODS 16 [...]”.

Dessa forma, dar cumprimento à Ação Estratégica nº 4.5.1.1 – representando uma ação de aproveitamento do Legado Intangível da Intervenção Federal na Segurança Pública do ERJ - configuraria a oportunidade de melhoria aqui tratada, qual seja: medir a percepção de segurança da população nas áreas em que foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária (no caso específico, nas áreas em que foram implantadas bases da Operação Segurança Presente), estabelecendo indicador similar ao anteriormente descrito indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pela União), qual seja: “Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive”.

[...]

Saliente-se que foi encaminhado TSID aos gestores da Segov, SEPM, ISP e SECC solicitando comentários e críticas a uma matriz de achados preliminar produzida pela equipe de auditoria, contendo descrição do achado, critérios de auditoria utilizados, evidências que suportam os achados e causas identificadas (arquivo “AN0028\_Comentários\_dos\_Gestores.pdf”).

*Frise-se que, no que diz respeito ao achado em tela, os gestores consultados não teceram considerações de mérito quanto a nenhum dos seus descritores ou atributos (evidências, critérios, causas identificadas).*

Apesar das lacunas, fragmentações e duplicidades identificadas na governança da política pública “Operação Segurança Presente”, a fiscalização em análise permitiu verificar diversas oportunidades de melhoria que demandam providências urgentes, tanto por parte das Instituições auditadas, como dos Poderes Executivo Estadual e Legislativo.

Nada obstante isso, é forçoso reconhecer que os achados têm impactos evidentes na atual política de segurança do Estado e na sensação de segurança do público-alvo.

Posto isso, para atingimento dos objetivos preconizados no Plano Nacional de Segurança Pública e de Defesa Social, e, conseqüentemente, redução dos índices de criminalidade, a atuação das OSP deve ser aprimorada, buscando maior efetividade dos mecanismos de governança capazes de coordenar esforços e estabelecer parâmetros de atuação e articulação interinstitucional.

Feitas essas considerações, aquiesço, com ajustes de forma que se fazem pertinentes, as propostas da unidade técnica no sentido de Comunicação, com Determinações e Recomendações, aos agentes responsáveis, bem como aqueles encaminhamentos que visam a dar ciência dos fatos apurados aos interessados, à exceção do relativo ao item 5.4, por reputá-lo despiciendo. Entendo, contudo, que as medidas a serem adotadas, em conjunto, pelos órgãos/entidades auditados deverão ser estruturadas mediante Plano de Ação<sup>6</sup>, com o posterior

---

<sup>6</sup> **Plano de Ação** é um documento apresentado pelo gestor do órgão auditado que formaliza as ações que serão tomadas para atender as deliberações propostas no sentido de corrigir os problemas identificados durante a auditoria. Envolve, basicamente, um cronograma em que são definidos os responsáveis, as atividades e os prazos para a implementação das deliberações. Esse instrumento norteia o processo de monitoramento e tende a aumentar a sua efetividade.

**Detalhamento** - O detalhamento das ações deve ser suficiente para que seja possível acompanhar o seu desenvolvimento no tempo – em geral, efetuado pelos responsáveis por cada setor especializado dentro da composição de sua administração, uma vez que deve ser garantida a estrutura necessária à sua implementação;

**Atualização** - O Plano de Ação deve ser mantido sempre atualizado, especialmente com as assinaturas dos responsáveis legais já apontados na conclusão do relatório ou seus sucessores, de acordo com as competências previstas na estrutura administrativa vigente, visando à continuidade administrativa e à efetividade do saneamento das impropriedades apontadas pelo relatório de auditoria;

**Elementos** - Os elementos constitutivos à elaboração do Plano de Ação devem seguir o modelo abaixo:

#### PLANO DE AÇÃO

monitoramento, por parte desta Corte, das ações efetivamente implantadas e dos respectivos resultados alcançados, em observância ao disposto no Manual de Auditoria Governamental deste Tribunal.

Por esta razão, em adição às sugestões formuladas pelo Corpo Técnico, faço constar, da parte dispositiva de meu Voto, Determinação à Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) para que inclua, no planejamento anual de suas atividades, ações de controle com o objetivo de verificar o cumprimento das Determinações e Recomendações ora proferidas.

*Ex positis* – incorporando, às minhas razões de decidir, aquelas constantes do Relatório de Auditoria em apreço –, posiciono-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com a proposta do Corpo Instrutivo, residindo minha parcial divergência na Determinação à SGE para que monitore as Determinações e Recomendações constantes desta Decisão, e

#### **VOTO:**

**I – Pela COMUNICAÇÃO** aos atuais titulares da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais (Segov), da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) e do Instituto de Segurança Pública (ISP), com base no art. 26, § 1º, do Regimento Interno, para que, **em conjunto**, dentro de suas competências, apresentem a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, **Plano de Ação** visando ao atendimento das Determinações e Recomendações listadas a seguir, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo para sua implementação, ou, se for o caso, a justificativa pela impossibilidade de seu atendimento, a saber:

a) Promover alterações no Termo de Cooperação E-09/082/36/2017 firmado entre a Segov e a PMERJ (atualmente SEPM); atualmente

Problema de Auditoria				
Determinações/Recomendações	O que fazer	Como fazer	Quem vai fazer	Quando fazer

em vigor, de forma a adequar ao teor do item 3 do Plano de Trabalho, incorporando a instituição dos membros da Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública ou Comissão que a substitua; a avaliação de cada meta consoante indicador, definição da periodicidade dos relatórios detalhados de monitoramento da eficácia das bases da Operação Segurança Presente, por meio do confronto da meta esperada *versus* resultado alcançado para cada indicador (Achado de Auditoria nº 1, Lacuna identificada na Operação Segurança Presente – Lacuna nº 11) ;

- b) Implementar nos sistemas atualmente existentes, módulo gerador de relatório que informe, no mínimo, os custos mensais detalhados da Operação Segurança Presente, desmembráveis por área geográfica atendida (Achados de Auditoria nºs 3, 4 e 5);
- c) Implementar procedimento de controle gerencial de acompanhamento mensal da eficiência, baseada no custo-eficácia, das ações em cada área geográfica atendida pela Operação Segurança Presente. (Achados de Auditoria nºs 3 e 4);
- d) Elaborar, com base, no mínimo, nas evidências que configuraram o Achado de Auditoria nº 4, diagnóstico técnico do histórico de registros de delitos e estudo de revisão das áreas geográficas do Estado do Rio de Janeiro a serem atendidas prioritariamente pela Operação Segurança Presente, considerando, inclusive, diante desses indicadores a possibilidade de redefinição das áreas ou desativação de bases já implantadas, com o consequente redirecionamento dos investimentos estaduais para outras áreas geográficas do Estado com maior necessidade de recursos;
- e) Avaliar a conveniência e oportunidade de elaborar estudos de precificação de pesquisas de vitimização do público-alvo da Operação Segurança Presente, consoante previsto na Lei Federal nº 13.675/18, nas áreas geográficas de todas as bases implementadas, considerando a possibilidade de celebração de

Acordos de Cooperação e/ou convênios com fundações vinculadas às Universidades Estaduais (Uerj, Uezo, por exemplo);

- f) Dar publicidade dos resultados de tais estudos na página eletrônica oficial do Órgão de Segurança Pública Secretaria e ser definido (Achado de Auditoria nº 4);
- g) Desenvolver, recorrendo a auxílio técnico da Fundação Ceperj, se julgado necessário, indicador de:
  - 1. eficiência, baseado no custo-eficácia, das ações no âmbito da Operação Segurança Presente;
  - 2. efetividade, semanticamente equivalente ao Indicador 16.1.4 (em desenvolvimento, pelo Brasil) – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive;
- h) Submeter os indicadores desenvolvidos – com todas as premissas e atributos – à apreciação do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Consperj), para que conste do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro, objetivando contribuir com o cumprimento dos dispositivos constantes do item 8.10.4, do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028 (Achados nºs 3, 4 e 6);
- i) Renovar o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Segov e o ISP em 10/06/2019, propiciando a disponibilidade mensal à SEPM dos estudos de correlação entre os níveis de mobilidade social e os crimes que as ações da Operação Segurança Presente se proponham a combater, nas áreas geográficas com bases implantadas, de forma a possibilitar a tomada de decisão oportuna quanto ao redirecionamento de recursos estaduais para outras ações de segurança pública (Achado nº 5);
- j) Encaminhar o resultado de tais estudos à Secretaria de Estado competente ou, sendo o caso, ao próprio Titular do Poder

Executivo, solicitando liberação de recursos orçamentários para a realização das pesquisas, considerando a possibilidade de utilizar recursos transferidos fundo a fundo pela União para tanto (Achado nº 6);

**II – Pela COMUNICAÇÃO** ao atual titular do Instituto de Segurança Pública (ISP), com base no art. 26, § 1º, do Regimento Interno, para que adote as medidas elencadas a seguir, as quais serão objeto de monitoramento futuro por este Tribunal:

- a) Divulgar, no máximo semestralmente, as metas, indicadores, custos, resultados e avaliações de todas as bases da Operação Segurança Presente, na sua página eletrônica oficial (Achado nº 7).
- b) Incluir, na proposta de Decreto de reestruturação, Manual e Guias Práticos do SIM, a expressa previsão da participação da Operação Segurança Presente nas Reuniões de Acompanhamento e na construção dos Planos de Ação Integrados, conforme atualizações previstas no planejamento estratégico do próprio Órgão (Achados nºs 1, 2 e 5);

**III – Pela COMUNICAÇÃO** aos atuais membros da Comissão De Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na forma do art. 26, §1º, do Regimento Interno, para que tomem ciência do teor dos Achados constatados na presente Auditoria Operacional;

**IV – Pela COMUNICAÇÃO** aos atuais membros do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Consperj), na forma do art. 26, § 1º, do Regimento Interno, para que tomem ciência do teor dos Achados constatados na presente Auditoria Operacional, em especial, quanto aos efeitos negativos, sociais e financeiros da demora na implementação do Plano de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro (Achados nºs 3, 4 e 6);

- V –** Pela **COMUNICAÇÃO**, nos termos do artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, ao atual Controlador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, para que tome ciência do teor dos Achados constatados na presente Auditoria Operacional e adote as medidas que entender cabíveis;
- VI –** Pela **DETERMINAÇÃO** à Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) para que inclua, no planejamento anual de suas atividades, monitoramento com o objetivo de verificar o cumprimento das Determinações e Recomendações constantes deste Voto;
- VII –** Pela **CIÊNCIA** à Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita (SSR) do inteiro teor destes autos, com o objetivo de subsidiar a análise das Contas sob responsabilidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2020;
- VIII –** Pela **CIÊNCIA AOS JURISDICIONADOS** de que a proposta do Corpo Instrutivo pode ser consultada no Portal do TCE-RJ.

Plenário,

GC-7, em 23 / 08 / 2021.

**RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**  
**Relator**